

Candidatos não pensam em recorrer à moratória interna

Os três candidatos à Presidência da República que despontam nos primeiros lugares nas pesquisas de intenção de voto até o momento garantem que não pensam em promover uma moratória da dívida interna.

Quer dizer, no que depender das propostas dos candidatos Fernando Collor de Mello (PRN), Leonel Brizola (PDT) e Luis Inácio 'Lula' da Silva (PT), o mercado financeiro pode ficar tranquilo. Não vai precisar mais fazer cara feia para aceitar os títulos públicos.

FERNANDO COLLOR DE MELLO — Nos planos do candidato do PRN, não consta a possibilidade de um "calote" no momento de honrar o vencimento de títulos públicos, nem mesmo de um deságio forçado nestes papéis.

A estratégia do partido é um saneamento do setor público e, como consequência, um alongamento nos prazos de vencimento dos papéis.

Mas uma coisa é certa: a tônica da política econômica do PRN é uma negociação descentralizada da dívida externa, com a retirada do aval da União à dívida dos bancos privados, deixando que credores e devedores negociem livremente. Assim, seria possível

obter novos recursos no exterior, reduzindo o peso do envio de dinheiro para os credores. Em consequência, haveria mais espaço para coordenar as políticas fiscal e monetária.

LEONEL BRIZOLA — O confronto direto com o setor privado não consta nos planos do candidato do PDT.

A proposta do partido, que já está até em tramitação no Congresso Nacional, é de que os títulos públicos ganhem poder liberatório — quer dizer, na data do vencimento, o possuidor destes papéis pode utilizá-los para o pagamento de impostos.

Defende, também, um indexador confiável para os títulos e o alongamento dos prazos da dívida.

LUIS INÁCIO DA SILVA (LULA) — O PT rechaça a possibilidade de uma moratória da dívida interna e é contra qualquer solução compulsória para essa questão.

O partido de Lula defende também uma solução da dívida interna coordenada com uma política fiscal dura, que inclua intenso combate à sonegação de impostos e a suspensão do pagamento com auditoria da dívida externa.